

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 06/12/2023

Governo do Estado de Pernambuco

Secretaria Estadual de Cultura

No dia 06 de dezembro de 2023, às 14h e 30mn, no formato virtual, teve início a Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC/PE. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros(as) Titulares: **Yasmin Neves, Augusto Ferrer de Castro Melo, Barbara Collier, Marcelo Alexandre Balbino dos Santos, Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa, Fábio Alexandre Melo Ferreira, Joab Henrique da Silva, Rafael Farias Almeida, Alcidésio Santana, Wagner Staden de Vasconcelos Egito, Ana Paula Santana, Fernando Pereira, Cleonice Maria dos Santos, Gilmar Correia da Silva, Maestro Adailton José da Silva, Willyssys Wolfgang Reis Dias de Araújo, Flávio Rodrigues de Oliveira, Lucas Fernandes Barbosa Correia, Sandra Cristina Rodrigues Albino** e Conselheiras (os) suplentes presentes: **Artur Bruno de Medeiros Teti, Natália Oikawa, Dayvton Diego Almeida, Salatiel Magno Siqueira Alves, Renato Fonseca, Flavia Maria Pessoa Guerra, Romero Ricardo Araújo de Santana e Roberto Azoubel.** Com a seguinte Pauta: Informes; 1- RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS; 2- ELEIÇÃO DAS COMISSÕES SETORIAIS; 3- ATUALIZAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO; 4- CARNAVAL 2024; 5- FÓRUM ESTADUAL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS; 6- REGULAMENTAÇÃO DA LEI CULTURA VIVA; 7- LPG; 8- PNAB.O presidente Wagner Egito deu início informando sobre as pautas a serem discutidas, seguindo o encaminhamento deu início aos informes, falando que quando alguém da sociedade pedir a fala, será colocado para o pleno decidir a fala durante o período dos informes, sendo aceito a pessoa após isso entraremos na pauta especificamente, que sempre que alguém da sociedade solicitar a fala será consultado, que não haverá intervenção do público durante a discussão de pauta, iniciou informando sobre o segundo Encontro de Bandas Filarmônicas de Pernambuco, que vai acontecer no dia Estadual das Bandas Filarmônicas dia 10 de dezembro agora em Caruaru, que o conselho foi convidado, ele enquanto presidente estará presente lá prestigiando, dando esse apoio importantíssimo as bandas, que o papel e o trabalho que as bandas filarmônicas fazem principalmente nas cidades do interior, que são as grandes formadoras de músicos daqui, falou que o conselheiro Joabe da cadeira de música, também vai estar presente e quem quiser pode se fazer presente, falou sobre a solicitação do transporte para Caruaru nesse dia 10 que é um domingo, outro o informe foi sobre a FENEARTE que existe uma curadoria para seleção de quem vai participar da FENEARTE, que para essa curadoria o conselho de política cultural vai poder indicar três representantes, dois titulares para a seleção dos expositores do Artesanato e um titular para gastronomia, que no conselho qualquer representação do Conselho que envolvam linguagens é de praxe o representante da linguagem da cadeira seja o indicado então para FENEARTE é indicado Nivaldo e o seu suplente, de gastronomia titular e o suplente da gastronomia porque são três indicações de titulares e três indicações suplentes, como a cadeira de artesanato não tem suplência foi indicado o nome de Cadu Sales para essa suplência, ficando como titulares de Artesanato Nivaldo Jorge e Barbara Collier, suplentes: Cadu Sales e Elimar, para gastronomia

Thayná Leocádio e sua suplente Gerlane Souza, que essa sugestão será colocada para o colegiado votar, mas antes da votação falou sobre um ofício endereçado ao conselho de Livia Aguiar que foi conselheira de artesanato, sugerindo que ela seja indicada juntamente com Nivaldo Jorge como titulares e Breno Nascimento e Arthur Melo como suplente, que atualmente ela faz parte da rede produtiva do Artesanato, dos nomes sugeridos por ela apenas Nivaldo é membro deste conselho, que fez esse registro para que todos tomem conhecimento das demandas do Conselho, após colocar os nomes sugeridos e o pedido de Livia Aguiar abriu o microfone para os demais conselheiros, em seguida **Rafael Farias** informou que não faria oposição nenhuma em relação a outro nome de fora, desde que alguém do Conselho não queira fazer parte da curadoria, em seguida informou da sua felicidade referente ao município de Arcoverde no interior do Sertão de Pernambuco, uma cidade tão pujante à frente das demais cidades, no aspecto cultural, no território artístico que é muito grande, que graças a Deus e aos Orixás já foi operacionalizada a Lei Paulo Gustavo, que já foi pago a todos e todas artistas da cidade, que está muito feliz em saber que esse dinheiro se fez chegar na ponta, em seguida o presidente **Wagner Egito** perguntou ao pleno se alguém teria algum outro nome para indicar para a curadoria, como ninguém se manifestou perguntou se todos estavam de acordo com os seis nomes apresentados e se haveria alguma abstenção, desta forma foi aprovado por unanimidade os seis nomes sugeridos acima, em seguida perguntou a Casa dos Conselhos se havia a resposta sobre a possibilidade de transporte para o encontro das Bandas Filarmônicas, eu **Amanda Carneiro** informei que após a reunião gerencial fui informa que a resposta já foi enviada via SEI, que a Secult está com dificuldade muito grande em relação a essa questão de transporte, que não apenas o transporte mas em relação a viabilidade da gasolina da secretaria como um todo, não foi especificamente para a conferência, que desde o FIG isso vem acontecendo, desde quando a nova gestão assumiu já foi informado desse problema, que já havia dito para ele e os demais, que estão tentando realmente viabilizar, que vários pedidos estão chegando, e informou que toda quinta-feira acontece presencialmente a reunião do outro conselho que é o CEPPC na Academia Pernambucana de Letras, que devido a essa dificuldade que está sendo enfrentada a reunião de amanhã inclusive também vai ser virtual, que nesse término de ano em relação a todo a nossa logística de transporte e de carros na Secult está bem complicado, que perguntou ao gabinete se tinha sido respondido, e o gabinete informou que tinha respondido ontem através do SEI para o Presidente, afirmou que não chegou a abrir o SEI em relação a esse pedido, falei que realmente não cheguei a abrir o SEI antes da reunião, mas foi informada que a resposta dada infelizmente foi negativa. Em seguida o presidente **Wagner Egito** informou que numa reunião com a Secretária de Cultura e ela tem consciência desse problema, que disse a partir de Janeiro de 2024 vai fazer um estudo para estabelecer um apoio logístico para o conselho poder trabalhar, inclusive eu **Amanda Carneiro** falei sobre esse levantamento que está sendo feito, que inclusive é uma das pautas da reunião, que depois vai falar sobre a questão do levantamento do pessoal do interior que está no conselho para que se possa fazer esse planejamento para ser entregue ainda esse ano, para que seja visto quem precisa realmente dessa ajuda de transporte, inclusive sobre as reuniões itinerantes, como já foi combinado nas reuniões, duas aqui e uma sempre revezando para o interior de Pernambuco, O presidente **Wagner Egito** informou que isso foi colocado na reunião e a secretária Cacao aceitou essa descentralização, que em janeiro vai se deixar acertado as quatro reuniões que serão no interior, já para ficar planejado quais as cidades que receberá a reunião do conselho, que será híbrida com transmissão. A conselheira **Ana Paula** falou que foi acordado que se as reuniões fossem

descentralizar a prioridade seria Petrolina, lembrou que já foi feito uma parceria com a faculdade na questão de solicitar ônibus, deixou essa sugestão para a secretaria dialogar com a faculdade para garantir o ônibus, o presidente **Wagner Egito** falou que não apenas a faculdade, mas com as demais secretarias para disponibilizar os carros é importante, a Conselheira **Sandra Albino** se apresentou e se colocou à disposição para contribuir como Conselho, em seguida a pedido do presidente as resoluções foram colocadas em modo apresentação pela casa dos conselhos, o presidente informou que todas as resoluções foram encaminhadas em anexo a convocatória da reunião, deu início lendo a primeira Resolve: Revogar os efeitos da Resolução do Conselho 01/2020; Determinar que as reuniões ordinárias do Conselho que trata o Art. 15 do regimento Interno do CEPC-PE serão presenciais com transmissão ao vivo por videoconferência que permita a participação direta de todos os conselheiros (as) com direito a voz e voto; Determinar que, em caso excepcional, na impossibilidade de transmissão em videoconferência da Reunião Ordinária, a reunião deverá ser excepcionalmente no formato virtual; Determinar que as reuniões extraordinárias serão virtuais em plataforma digital que permita a participação direta de todos os conselheiros (as) presentes com direito a voz e voto; Determinar que a participação presencial nas Reuniões Ordinárias é direito de todos os conselheiros(as), cabendo ao Estado a garantia da participação de todos (as), sendo a escolha pela participação virtual uma opção individual de cada um (uma). A Conselheira **Ana Paula** perguntou se essa ajuda de custo será apenas para o interior, ou se a metropolitana vai entrar nessa logística também, O presidente **Wagner Egito** falou que através desse levantamento que a secretaria vai fazer, que todos os Conselheiros (as) vão falar de suas dificuldades para vir de suas cidades, esse mapeamento sobre quem precisa ou não de logística, que a depender de onde for realizada a reunião será necessário a logística para os demais conselheiros, seja do interior ou da metropolitana, em seguida colocou em votação a resolução que foi aprovada por unanimidade. A próxima resolução foi lida por mim Amanda Carneiro, que trata sobre a representação do Conselho em atos ou eventos, sejam interno ou externos do Conselho: Resolve que: Toda e qualquer solicitação, convite ou convocação de participação ou representação do Conselho em atos ou eventos sejam internos ou externos ao Conselho deverão ser encaminhados ao e-mail oficial ou entregues na sede da Secretaria dos Conselhos SECON, no endereço Rua Oliveira Lima 813 Boa Vista Recife PE CEP 50050-39; Caberá a presidência do Conselho a decisão de sua participação ou representação do CEPC-PE em atos e eventos que o Conselho seja solicitado, convidado ou convocado, com a devida comunicação aos demais Conselheiros(as) sobre essa representação; O Conselheiro ou conselheira representante do CEPC deverá sempre se pautar pelos temas já aprovados e ou consolidados no pleno do Conselho e pelo Sistema Nacional de Cultura – SNC, sendo de sua inteira responsabilidade os seus atos e seus pronunciamentos. O Conselheiro **Rafael Farias** pediu para que fosse ressaltado no texto para que as pessoas não confundam a representação do Conselho, porque se carrega a Instituição, o CEPC como um todo, que foi falado sobre isso recentemente em conversas informais que se carrega o nome do Conselho de forma natural, citou como exemplo que em alguns momentos isso não vai impedir que ele enquanto artista vai e seja citado como membro deste conselho, que tem a sua opinião sobre várias questões e que às vezes até tem discordância com o que o conselho possa vir a votar, mas uma coisa é a sua opinião pessoal e a outra coisa é a posição deste Conselho, que é preciso entender que cada coisa é uma coisa, o presidente **Wagner Staden** falou que é importante haver essa questão ética de saber quando está se falando em nome do Conselho, que sendo assim tem que falar do que já foi deliberado coletivamente, que todos precisam exercer o seu papel. Em seguida colocou

em votação a resolução, que todos(as) aprovaram, a próxima resolução foi sobre os certificados de reconhecimento. Considerando que os conselheiros (as) do CEPC desempenham um importante e fundamental serviço nas definições da política cultural do Estado de Pernambuco. Considerando que mesmo com a determinação do artigo 16 do regimento interno do Conselho que a participação dos Conselheiros(as) no CEPC não é remunerada, sendo considerado serviço público relevante, os Conselheiros (as) tem uma carga de trabalho muito intensa e Considerando que o desempenho e dedicação de alguns ex-conselheiros(as) foram de grande relevância para as conquistas e fortalecimento da cultura de Pernambuco o Conselho resolve: Instituir uma homenagem de reconhecimento pelos importantes serviços prestados de grande relevância para a política cultural do estado de Pernambuco, a ex-conselheiros (as) que desempenharam seus mandatos com grande dedicação, assiduidade, idoneidade e comprometimento com a classe cultural e tem os seus nomes aprovados pelo colegiado do Conselho. Que é justo esse certificado de homenagem e reconhecimento pelos trabalhos prestados nesse conselho, que os nomes serão trazidos para o pleno para serem aprovados, depois se discute o nome o texto, mas o intuito dessa resolução é exatamente para instituir essa homenagem. Em seguida perguntou se alguém tinha alguma dúvida, não havendo, foi colocada em votação e a resolução foi aprovada pelos presentes, a seguinte resolução é referente posse da Comissão Eleitoral para as eleições das comissões setoriais a saber: Elimar Pereira; Marcelo Balbino (Rei Marcelo de Ogum); Renato Fonseca e Wagner Egito, os nomes foram aprovados pelo pleno. A quinta resolução se trata da prorrogação do Mandato dos Atuais representantes das Comissões Setoriais até a posse dos novos representantes, resolução aprovada pelo pleno. A 6ª resolução apresentada se refere a nomeação das Comissões Temáticas com os seus respectivos Coordenadores (as), a saber: 1- **Comissão de Comunicação:** Alexandre Melo (Coordenador); Arthur Teti; Carlos Amorim; Elimar Pereira : e Marcelo Balbino(Rei Marcelo de Ogum); 2- **Comissão de Política Sociocultural e Monitoramento de Editais :** Janaina Santos (Coordenadora), Alexandre Melo, Cadu Sales, Carlos Amorim e Karla Fagundes; 3- **Comissão de Assuntos Jurídicos e Ética;** Ana Paula, Elimar Pereira, Fernando Pereira, Joab Henrique e Rafael Farias; 4- **Comissão de Articulação e Integração:** Karla Fagundes (Coordenadora), Arthur Teti, Cleonice Maria, Janaina Santos e Renato Fonseca; 5- **Comissão de Infraestrutura e Finanças:** Ana Paula, Dayvton Diego, Joab Henrique e Renato Fonseca. O Presidente lembrou que ao serem publicadas as respectivas resoluções estas terão os nomes completos e o nome público de cada um (uma), informou que algumas comissões estão sem coordenação, mas que será resolvido na primeira reunião da comissão. Seguiu perguntando se haveria alguma restrição aos nomes, não havendo a resolução foi aprovada por todos (as) presentes. A 7ª resolução foi referente aos Canais Oficiais de Comunicação do CEPC e suas Competências: **E-mail** (Será administrado pela presidência e pela secretaria do Conselho); **WhatsApp** (Administrado pela presidência e pela secretaria do Conselho); **Página do CEPC no Portal Cultura PE** (Administrado pela Secult/PE e conteúdo deliberado pela presidência do Conselho e pela Comissão de Comunicação do CEPC); **Perfil do Instagram** (Administrado pela presidência do Conselho e pela Comissão de Comunicação do CEPC); **Perfil do Facebook** (Administrado pela presidência do Conselho e pela Comissão de Comunicação do CEPC); **Canal do Youtube** (Administrado pela presidência do Conselho e pela Comissão de Comunicação do CEPC); e **Qualquer outro canal, perfil ou plataforma de comunicação** que venham a surgir ou fazer parte dos meios de comunicação do CEPC (Serão administrado pela presidência do Conselho e pela Comissão de Comunicação do CEPC). Explicou que toda a utilização nas redes de cards, toda identidade visual onde a marca do CEPC foi utilizada, foi tudo criado e

administrado pelo Conselheiro Alexandre Melo, apenas a logomarca foi criada pela Secult, que mesmo sem ter nenhuma obrigação para isso, desde o mandato passado Alexandre cumpre muito bem esse papel, totalmente voluntário, Administrado pela presidência do Conselho e pela Comissão de Comunicação do CEPC, aproveitou para deixar registrado que foi enviado na convocatória a minuta de 8 resoluções, mas que 7 foram aprovadas por aclamação, que a oitava foi retirada da pauta para que seja ajustado o texto e em seguida trazer para reunião, a pauta seguinte é sobre a Eleição das Comissões Setoriais, que a comissão eleitoral vai se reunir e elaborar o edital da eleição e vai convocar eleição o mais breve possível para estabelecer o calendário, que irão se reunir esse ano ainda, que a Secult vai indicar a equipe técnica para ajudar na realização a operacionalização dessas eleições, que vão elaborar o edital e fazer a convocação, mas toda parte técnica da votação, das inscrições, do resultado da divulgação do resultado das listas, toda essa parte técnica que envolve a realização da eleição tem que ser feita com apoio técnico da Secult, que anteriormente todo o processo foi feito no Mapa Cultural, que acredita que será assim novamente, em seguida a Conselheira e Superintendente de Política Cultural da Secult **Yasmin Neves** informou que está ciente e que a equipe do Mapa e do Observatório estão à disposição, que é só marcar uma reunião para tratar desse assunto e chamar a equipe para participar, até porque será preciso criar o formulário e realizar os testes, que eles serão fundamentais nisso. O próximo ponto a ser tratado pelo presidente foi sobre a comissão eleitoral, que foram eleitos 3 pessoas da sociedade civil e mais ele que é o presidente para compor essa comissão, em seguida a técnica da Casa dos Conselhos **Agricelia Genuino** solicitou esclarecimento quanto a composição da comissão, sendo quatro representantes da sociedade civil, se a gestão indicaria 4 pessoas para compor a comissão, se esta comissão não seria uma comissão paritária como sempre foi anteriormente. O presidente **Wagner Egito** respondeu que não, que essa comissão são cinco nomes, que todas as comissões e grupos de trabalho são cinco nomes, que tem três nomes da sociedade civil, porque na realidade o nome dele é por estar na presidência, pois a presidência tem acento em todas as comissões, então na realidade tem três nomes da sociedade civil se a gestão quiser indicar nomes então tem mais duas vagas, isso se a gestão quiser indicar para fazer parte da comissão, que a Equipe técnica não vai fazer parte da comissão, discutindo eleição, edital, critérios, a equipe técnica apenas vai operacionalizar a eleição, que toda a discussão da eleição é feita pela comissão que tem duas vagas ainda disponíveis que podem ser ocupadas tanto por qualquer Conselheiro ou da sociedade civil ou dá gestão, porque na época que foi eleito os nomes só se apresentaram esses três: O Elimar, o Marcelo e o Renato para a comissão de eleitoral, que não foi estabelecido nenhum critério de paridade, que essa é uma comissão específica para eleição que não segue as regras das demais comissões e grupos temáticos, a Conselheira **Thayná Leocádio** pediu a fala para informar que a comissão é paritária sim, que teve um momento de colocar os nomes, mas que ainda como o presidente falou tá aberto se a gestão quiser colocar, que acredita que não haverá impedimento. O Presidente **Wagner Egito** falou que se for para ser paritária teria a indicação da gestão, mas que isso não foi discutido na reunião, **Agricelia Genuino** lembrou ao presidente que a reunião onde a comissão foi eleita, foi numa reunião só da sociedade civil, que eles elegeram lá e trouxeram para essa reunião, que sendo assim Amanda iria ver quais os nomes seriam indicados pela gestão para compor a comissão, o Conselheiro **Rafael Farias** falou que deveria ser seguido como foi feita a eleição do CEPC, se lá foi paritária que a da eleição setorial seja paritária, que ele não fez parte da comissão eleitoral, mas que ela seja norteadora dessa eleição da setorial, isso inclusive nas quantidades de sociedade civil e poder público. O

presidente **Wagner Satden** falou que seu posicionamento foi vago porque participou da comissão eleitoral das setoriais no mandato passado e foram todos da sociedade civil, o Regimento não trata da composição da comissão eleitoral, mas que não vê problema, a vice-presidente **Yasmin Neves** ficou de verificar para trazer os três nomes da gestão, o presidente lembrou que os nomes indicados pela gestão devem ser de conselheiros. Dando seguimento o presidente **Wagner Egito** seguiu para próxima pauta referente ao Regimento Interno, falou que precisa ser alterado porque ele tem muita coisa vaga, inclusive sobre as comissões e outras questões, falou que houve um trabalho feito no mandato passado que é preciso ser concluído, a proposta acordada foi que em cinco dias seja disponibilizado no drive do grupo e no e-mail a minuta com algumas propostas de alteração do que estão inclusive em cores diferentes, que ficará disponível para que em 5 dias seja colhido as contribuições, em seguida será sistematizado pela comissão de assuntos jurídicos e trazido para discussão no pleno. Em seguida o conselheiro **Renato Fonseca** perguntou sobre a possibilidade de mudanças nas cadeiras do CEPC, o presidente **Wagner Egito** respondeu que essa mudança é através de Lei aprovada na Assembleia Legislativa, que o regimento apenas ratifica as cadeiras que estão na lei. o conselheiro **Renato Fonseca** perguntou se é verdade que para o regimento ter valor se a Governadora terá que assinar, o presidente **Wagner Egito** informou que o regimento é um instrumento abaixo da Lei, que ele não pode ferir a lei, o conselheiro **Renato Fonseca** falou que está na hora do CEPC começar a discutir essa questão das representações, que ele se comprometeu durante a conferência com o pessoal da técnica e do hip-hop em defender a inclusão dessas cadeiras, que está na hora de se tentar abrir a representatividade para receber mais pessoas, para que essas pessoas tenham vez e voto, para que se sintam representadas nesse conselho pela arte que exerce, o presidente **Wagner Egito** falou que além do hip hop e dos técnicos, o forró e as quadrilhas juninas também tem essa solicitação, que a alteração da lei já está no radar, mas que as 20 cadeiras existentes hoje no Conselho não vão representar toda a rede produtiva, que é necessário que todos os fazedores de Cultura Independente da sua linguagem participe do Conselho, porque todos os conselheiros não defendem apenas o segmento que ele está representando, que ele representa a cultura, citou como exemplo o Conselho Municipal de Recife, que lá não existe o segmento, a cadeira de produtor cultural, porém isso não impede os produtores de estarem lá articulando e propondo, mas que essa pauta já se encontra prevista no CEPC, em seguida o Conselheiro **Rafael Farias**, informou que acha que essa coisa das dessas linguagens um tanto perigosa, que é preciso ser discutido, sugeriu que fosse realizada uma audiência pública na ALEPE ou um fórum para se discutir essa real necessidade, teme que ao se criar inúmeras cadeiras essas representações fiquem esvaziadas, que ele mesmo chegou ao CEPC alçado pelo pelas quadrilhas juninas na cadeira de Matriz Ibérica, mas que não pode defender exclusivamente as quadrilhas, que defende também os cavalos marinhos, maracatus, bois e etc., que esta é uma discussão muito ampla, que a questão das expressões periféricas talvez fosse a que melhor abarcasse o Hip Hop e outras linguagens das periferias, que acha muito pertinente ter essa linguagem, mas que é preciso discutir num momento oportuno. o presidente **Wagner Egito** falou que cada linguagem dessa tem uma setorial, que essa questão já consta na pauta, que o Renato colocou/sugeriu foi a possibilidade de já incluir isso na alteração do Regimento, mas que isso não é possível, que a pauta no momento é referente a atualização do regimento e acordar um cronograma de votação para discutir a alteração do Regimento, em seguida a Conselheira **Cleonice Maria** informou a presença de Cacau Arcoverde que faz parte do colegiado dos Pontos de Cultura de Pernambuco inclusive faz parte da Comissão Nacional

dos Pontos de Cultura, que é importante fazer esse registro, que o Eduardo Lima que faz parte né da rede Nacional dos Pontos de Cultura, que é importante tê-los envolvidos nesse debate pois temos uma pauta específica para ser tratada, além da PNAB, que tem um percentual importante para o Programa Cultura Viva em todos os estados e em vários municípios, mas voltando aqui para a questão que Renato falou, relatou que se preocupa na questão de se abrir uma dimensão maior para a participação, que não é para bloquear ou excluir, que o papel do CEPC é incluir, mas que é necessário se ter cuidado, até porque para controlar todas as falas e votos pode ficar complicado, em seguida **Yasmim Neves** perguntou quem será a equipe responsável por fazer a sistematização das propostas para alteração do regimento, o presidente **Wagner Egito** respondeu que será a comissão, que a comissão não vai selecionar proposta, apenas vão sistematizar as propostas e contribuições e entregar sistematizadas, propôs que houvesse uma reunião extraordinária no dia 17 de janeiro para tratar exclusivamente das alterações no regimento, o Conselheiro **Rafael Dias** propôs que fosse dia 24 para dar mais tempo para análise e contribuições. Após o presidente **Wagner Egito** consultar o pleno ficou acertado dia 24 uma reunião extraordinária virtual para votação da alteração do Regimento Interno. O próximo ponto de pauta é o carnaval 2024, sugeriu que o CEPC faça uma recomendação para ser entregue aos municípios e aos conselhos municipais que existem de que as diretrizes das programações carnavalescas das cidades passem pelos seus conselhos, que o carnaval é uma festa pública que vai ser apoiada com dinheiro público da Fundarpe e da Secretaria de Cultura, a programação não pode ser determinada pelo simples desejo do Prefeito ou do Secretário de Cultura, que ela seja discutida no âmbito coletivo que é o conselho, pois este tem membros da gestão e da sociedade civil, e onde não tiver conselhos seja discutida de forma Ampla com a sociedade. A Conselheira **Cleonice Maria** falou que achou ótimo essa questão da recomendação e pediu para que Yasmim enquanto representante da Secult e a Conselheira Sandra Albino da AMUPE falassem das suas impressões sobre a recomendação, o Conselheiro **Rafael Farias** enfatizou duas coisas baseado pelo está acontecendo na sua cidade e região, pois 86 municípios decretaram estado de calamidade pública, que acredita que na próxima semana vai ser votado na ALEPE um conjunto de ações, que talvez seja prorrogado o estado de calamidade por mais um mês, que isso é preocupante, nos municípios em estado de calamidade não se faz investimento, nem festa, que se preocupa, sugeriu que talvez nessa recomendação pudesse dizer que outras cidades que não estão nesse estado pudessem absorver esses artistas, que se preocupa muito com essa situação, em seguida **Sandra Albino** falou que realmente é preciso esse levantamento completo, que essa situação, Garanhuns tem um carnaval diferenciado que o Jazz, que ainda fazem carnaval nos bairros, mas são com os grupos locais, como Cleonice falou de Serra Talhada, que é muito importante ter esse levantamento completo, pois sabe que algumas cidades ainda estão entrando nesse processo de calamidade, mas é preciso esse levantamento final ainda faz algum carnaval nos bairros mas são com os grupos locais das cidades para ver quais as cidades que vão realmente entrar nesse processo, e aguardar essa votação na ALEP para saber como vai ficar a situação dessas cidades, o Conselheiro **Lucas Fernando** que também representa a AMUPE na região da Zona da Mata, complementou a fala de Sandra falando que é sabido que isso vai atingir diretamente não só a cultura como outras áreas também, que estão aguardando esse levantamento mais preciso para passar a informação correta. O presidente **Wagner Egito** informou que a Fundarpe só apoia o carnaval das cidades polo, que nem todas as cidades recebem o apoio, em seguida perguntou ao pleno se o produtor cultural **Roberto Carlos** poderia ter a fala garantida, ninguém se opôs, o mesmo falou que sua

dúvida ainda é referente ao Carnaval, que a gestão atendeu algumas questões colocadas mas que a questão do contrato de seis meses atrás permaneceu, se existe alguma indicação ou possibilidade de rever essa questão, porque alguns contratos já foram vencidos nesse período de Junho para cá, que não podem nem refazer o contrato, porque no caso de produtores que representam artistas como ele mesmo, o que teve seis meses atrás inclusive o cartório com o carimbo do cartório, perguntou se tem alguma orientação do conselho em relação a essa questão do contrato, o presidente **Wagner Egito** informou que houve uma movimentação da sociedade civil, porque o conselho estava não estava em funcionamento, que a Deputada Rosa Amorim apresentou um projeto de lei de alteração da lei das contratações artísticas 14 104, então o deputado Valdemar Borges colocou um substitutivo /alteração desse projeto, inclusive participamos enquanto fazedores de Cultura porque o conselho não estava formado, foi aprovado na comissão de constituição e Justiça e vai passar pelas outras comissões como de praxe, que o Deputado Waldemar disse que tem toda a possibilidade de ser aprovado esse ano essa alteração da lei 14 104 que estabelece sobre o contrato de exclusividade, entre outras coisas, que por enquanto está suspenso até 31 de dezembro o parecer que a PGE deu sobre essas contratações da obrigatoriedade dos 6 meses, que a lei sendo aprovada o edital. A Conselheira **Cleonice Maria** seguiu falando sobre a Lei Cultura Viva, que foi aprovada pela Deputada Estadual Socorro Pimentel, que o CEPC está constituindo uma comissão para a fazer a regulamentação da Lei, que está sendo proposto que essa regulamentação seja feita pela comissão de Justiça do Conselho, que ela propõe que sejam convidadas duas pessoas que não são do conselho, mas que tem pertencimento em relação a essa discussão junto ao CEPC, que é importante iniciar constituir de fato essa comissão e aprovar esses nomes, para que seja iniciado o mais breve possível, porque a PNAB já está na porta e inclusive Pernambuco já fez a sua adesão, que existe um recurso específico com percentual para o Cultura Viva, os nomes sugeridos foi o de Cacau Arcoverde e Eduardo Lima já apresentados anteriormente, que eles vão contribuir muito aqui em Pernambuco, solicitou ao Conselho que aprove esses dois nomes e que deem a oportunidade de cada um fazer uma fala, pois é necessário que a comissão comece o quanto antes, porque a PNAB vai começar a funcionar agora em 2024. Em seguida o presidente **Wagner Egito** perguntou se alguém do pleno tinha alguma objeção contra a participação dos dois nomes convidados na comissão e se os mesmos poderiam fazer o uso da fala, não havendo nenhuma objeção o convidado **Eduardo Lima** informou que estão à disposição para colaborar e contribuir com essa construção da regulamentação da Lei Cultura Viva em Pernambuco, informou que teve recentemente aprovação de um Pontão de Cultura Digital e Mídia Livre que é Nacional que teve como proponente o Instituto de Cidadania, que atualmente é o presidente, que também conseguiu fazer uma parceria para compor um comitê gestor com alguns de Cultura e também aprovou um Ponto de Cultura Estadual de Pernambuco, o proponente foi um Coco de Umbigada, que faz parte de alguns outros comitês de Pontos de Cultura, em seguida **Cacau Arcoverde** falou que parte da rede PE de Pontos de Cultura, representando o sertão no Moxotó, na comissão nacional representa Pernambuco e o GT latino-americano, agradeceu o convite e se colocou à disposição para colaborar com essa tarefa. Em seguida a vice-presidente **Yasmin Neves** trouxe a devolutiva sobre o carnaval, informou que houve reuniões e que esta pauta está sendo tratada diretamente com a Fundarpe, a Secult e a |Empetur, se comprometeu em verificar como está o andamento e levar os apontamentos apresentados nessa reunião em relação aos municípios e trazer uma devolutiva. Sobre a questão dos contratos exclusividade que o edital tá exigindo 6 meses de antecedência conforme o

parecer da PGE, acredita que como foi publicado o edital com a vigência dessa lei como essa observação ficou de ver com o jurídico e conversar com Renata Borba e Cacau para informar a todos/as. O presidente **Wagner Staden** solicitou que esse retorno seja colocado no grupo dos 80, para finalizar a pauta sobre o carnaval falou novamente sobre a recomendação a ser encaminhada para AMUPE, aos municípios e aos conselhos existentes, em seguida a Conselheira **Cleonice Maria** iniciou agradecendo a Cacau e Eduardo pela participação, que acredita que como ninguém se manifestou contrário que eles integrem essa Comissão da regulamentação da Lei, eles serão incluídos para que essa discussão tão importante para Pernambuco avance, acredita que o programa deverá voltar com toda força, em relação ao carnaval falou diretamente para a AMUPE, que toda a cadeia produtiva que tá pensando o Carnaval e que vive do Carnaval, a representação da AMUPE informou, que vários municípios estão nessa situação, que é preciso que se verifique bem essa questão, porque isso atinge diretamente da classe artística, o que a AMUPE estava divulgando, era que as cidades entrariam em estado de calamidade pública por conta da diminuição do FPM, que estava inferior ao ano de 2022, sendo que na semana passada o Presidente Lula falou em Cadeia Nacional que estava enviando para os municípios o repasse do FPM, inclusive com o valor um pouco maior que em 2022, então isso realmente precisa ser verificado para saber o que está levando esses municípios a estarem decretando o estado de calamidade, que isso é uma questão séria que tem que ser debatida, mas principalmente esclarecida pela própria AMUPE, porque realmente é necessário ter essa clareza, até para poder justificar o porquê que a cadeia produtiva carnavalesca, os artistas não vão estar participando em determinadas cidades. O presidente **Wagner Egitto** falou que essa questão é bem pertinente e que é preciso que isso fique no radar, inclusive para o caso de ser preciso acionar o Ministério Público. O conselheiro **Rafael Farias** falou ser favorável a ideia de fazer essa recomendação, que é importante, mas que é preciso que o CEPC tenha dados mais concretos, como por exemplo: Quanto o Governo do Estado vai investir no ciclo carnavalesco esse ano?, porque se os municípios polos como Arcoverde ainda estiver em calamidade para onde vão esses recursos e dos demais municípios, o governo vai deixar esse recurso guardado?, e os brincantes da cultura popular vão conseguir acessar em outro lugar?, que essa é a sua preocupação, que é preciso ver como vai se dar essa questão desse estado de calamidade, que talvez fosse o caso de ser discutido na reunião ordinária de Janeiro, com um balanço mais concreto sobre quais cidades terão o carnaval, quantas serão patrocinadas pelo governo, quantas estão em estado de calamidade. Em seguida o presidente **Wagner Egitto** falou que concorda com essa pauta para o mês de janeiro, que a princípio já pode ser solicitado ao governo o levantamento com essas informações, em seguida perguntou ao colegiado se alguém tem alguma coisa contra ou se abstém do envio da recomendação para ser enviada oficialmente a AMUPE, aos municípios e aos conselhos municipais, resolução aprovada aproveitou para reforçar que esta recomendação é importantíssima porque a ponta na direção da sociedade ser protagonista no uso dos recursos públicos para a cultura, que ao longo dos anos a vem cultura no municípios sendo ditada pelos prefeitos e secretários de Cultura individualmente, quando os fazedores de Cultura daqueles municípios ficam a margem tendo que mendigar apresentação, e quando são contratados recebem um valor irrisório, a exemplo dos maracatus, afoxés e afins, que esta recomendação vai no sentido de que a responsabilidade pela cultura do município é da sociedade civil daquele município e as suas instâncias de deliberação oficiais, que são responsáveis para tratar esse assunto no caso dos conselhos, onde não tiver conselho, a sociedade civil numa reunião pública por exemplo, em relação a criação da comissão para regulamentação da Lei Cultura Viva no

Estado e a criação dos Fórum Estadual dos Conselhos Municipais foram aprovados por aclamação. Dando seguimento a pauta sobre a LPG o presidente falou que o resultado não foi a contento, pois apresenta incoerência nos resultados, devido a questão de denúncias sobre empresa de outro estado que estão contempladas no resultado, que não houve uma padronização nos editais, falou que não pode tratar esse dinheiro simplesmente com uma distribuição aleatória, que é preciso ter critério justos, que a cultura ela é uma rede produtiva, que existem profissionais, trabalhadores, que é preciso verificar a quantidade de projetos que cada parecerista recebeu, qual o nível de comprometimento deles, sabe-se que existe uma demanda de quem foi contemplado querendo saber quando é que vai ser pago, mas que é preciso ter responsabilidade com a política cultural. A conselheira **Cleonice Maria** falou que está uma insatisfação geral sobre a LPG, que gostaria de saber quem são esses pareceristas, citou como exemplo que achou um absurdo a nota dada para o Mestre Assisão, que ele tem mais de 60 anos de carreira, mais de 800 composições, é Patrimônio Vivo, e que estamos no ano em que o Forró foi colocado como Patrimônio Nacional Brasileiro, que um projeto para fazer um curta sobre a biografia do mestre não é aprovado, foi apenas selecionado, ficando na suplência, com uma nota de mais ou menos 6,5, que isso é inadmissível que um mestre concorrendo na categoria para mestre, receber uma nota tão baixa dessa forma, que é preciso saber se esses pareceristas conhecem Pernambuco e de onde eles vem, até porque Assisão é conhecido nacionalmente, que não faltou documento, desta forma seria desclassificado, mas se ele foi classificado com uma nota baixíssima, que isso foi um erro de mérito dos pareceristas, que as súmulas dos projetos que não foram habilitados e os que não foram selecionados devem ser disponibilizados, até porque isso tem no edital, que é preciso realmente discutir de forma muito coerente essa questão do edital da LPG. O conselheiro **Rafael Farias** disse estar extremamente preocupado com o cronograma que foi feito onde o prazo foi estendido até o final de 2024, que é urgente que se faça esse recurso chegar na ponta, o cronograma precisa ser colocado, para que se haja previsibilidade de pagamento, que os artistas populares estão passando necessidade, que a cultura clama por isso, que entende que as pessoas vão questionar sobre os resultados, mas que seja aberto um canal de denúncia permanente, em seguida o conselheiro **Salatiel Camarão** falou que existem várias denúncias em relação a forma de avaliação dessa comissão, como já foi citado inclusive na reunião presencial sobre a pouca quantidade de pessoas para avaliar os projetos e com muita demanda, que devido a isso existe uma grande possibilidade de ter sido esse o fato ocorrido com o Mestre Assisão, que aconteceu com outros detentores de saberes também, inclusive soube de pessoas que estão sendo contempladas em várias linhas de ação, ou seja mais de um projeto e aqueles para quem a Lei foi criada, não estão sendo contemplados, que o CEPC precisa cobrar do governo uma explicação quanto à isso, em seguida a vice-presidente **Yasmim Neves** iniciou falando que Ana Paula Jardim vai dar essa devolutiva, em seguida **Ana Paula Jardim** explicou que como todo o processo dos editais foram feitos no Mapa Cultural ela iria passar o link onde tem todas as informações, de todos os municípios do Estado, que é possível verificar quantas inscrições ocorreram, quais a linguagem, que está tudo bem detalhado, que todas as dúvidas podem ser sanadas por esse link, porque muita gente não está entendendo bem como é que foi feita a indução, pensam que foi em cima de cada edital, 40% é da de Recife e região metropolitana os demais 20, 20 e 20 são aquelas áreas que já estão destacadas no edital, que isso foi feito no mapa para que não houvesse nenhum questionamento para que ele tivesse a lisura e a transparência necessária, que é verdade que houve problemas com pareceristas, que muitos tiveram que refazer os pareceres,

mas que isso está sendo acompanhado de perto pela GPC, através dos coordenadores e assessores. O presidente **Wagner Egito** solicitou que o CEDC tenha acesso as denúncias feitas sobre a LPG. **Ana Paula Jardim** disse que só após o resultado final será possível passar essas informações. O presidente **Wagner Egito** falou da importância de se fazer concurso público para a Cultura, sugeriu que seja feita uma “recomendação” ao Governo do Estado para que seja realizado um concurso público para a Secretaria de Cultura, sendo aprovado pelo pleno. Em seguida foi reivindicado que o CEPC passe a compor as comissões de Editais e que o Estado aporte recursos para que mais projetos sejam contemplados na LPG, não ficando apenas os recursos do Governo Federal, a segunda proposta de “recomendação” foi referente a forma de divulgação dos resultados, sugeriu o seguinte : Nome oficial e nome público, CPF ou CNPJ, nome do projeto, objeto do projeto, as ações indutoras que o projeto está contemplado, cidade e região, valores e a pontuação, falou que é interessante colocar ranqueamento também. O conselheiro **Willyssys Wolfgan** que é importante essa questão do ranking e das reservas de cotas, que devido as cotas existem projetos com notas menores que serão contemplados, o presidente solicitou que isso fique explícito na divulgação, pois isso tem gerado muita confusão nas pessoas, quando veem um projeto com pontuação menor ser aprovado, sendo projetos contemplados dentro da cota então fica justificada a pontuação menor, o Conselheiro **Rafael Farias** sugeriu que ao invés de solicitar que seja colocado o objeto do projeto, seja posto o resumo publicável, para que não haja confusão entre objeto e objetivo. O conselheiro **Willyssys Wolfgan** informou que existe uma discussão em outros grupos com relação a divulgação em resultados preliminares o resumo do projeto, porque já viu alguns artistas reclamarem que o projeto não foi aprovado mas a ideia foi exposta, e outra pessoa no pleito seguinte copiou a ideia, que entendeu que existe esse cuidado, que essa discussão tem sido colocada em outros grupos, mas em resultados finais deve-se publicar, porque o projeto foi aprovado. O Conselheiro **Rafael Farias** disse que havia entendido estar se falando do resultado final, perguntou se está sendo reivindicando uma republicação, o presidente **Wagner Egito** falou que esta é a recomendação, mas que se sabe que não é fácil republicar tudo, mas que na próxima publicação seja feito, a vice-presidente e **Yasmim Neves** informou que não é possível fazer uma republicação, que ao receber essa recomendação a secretaria vai tratar para o resultado final, que a lista preliminar já foi publicada e está em processo de recurso, que não há condições nesse momento, que também é preciso ver a questão dos dados que está se colocando aqui como obrigatoriedade da publicação, o presidente **Wagner Egito** explicou que em relação a questão CPF e CNPJ não é necessário publicar todos os números, é apenas para ter uma referência que é aquela pessoa, para o caso de nomes duplicados/homônimos, referente a questão do objeto achou interessante, não sabe se é necessário todo o resumo, mas acha importante a questão do objeto dizer o que é aquele projeto, porque apenas pelo título não é possível saber do que se trata, se uma peça teatro, uma circulação, um show ou uma formação, porque no objeto o proponente vai dizer que será um formação para tantas pessoas em tal área, ou a gravação de um CD com tantas músicas, algo mais objetivo, que não sabe se a Secult vai conseguir fazer isso para agora, mas que esta recomendação proposta é para a LPG no que for possível, e para os demais editais, porque isso é uma questão transparência para divulgação do resultado, que se for possível atender agora é fundamental, o conselheiro **Willyssys Wolfgan** solicitou que a Secult faça a republicação no mínimo com valores e nome dos componentes, pois no interior é feito essa leitura para compreensão e fiscalização desse processo, porque quando sai o resultado o processo já está num outro patamar que não permite mais avançar,

que não permite retroagir, desta forma fica muito mais danoso, falou que compreende as companheiras e agradeceu inclusive pela disponibilidade de responder, mas que é muito importante que tenham esses dados sobretudo de nomes e valores dos projetos agora na republicação, de colocar o objeto e as ações indutoras e outros dados talvez agora fique complicado, mas os valores dos projetos e nome dos proponentes é crucial nesse momento. O presidente **Wagner Egito** disse que a proposta que está sendo encaminhada sobre a divulgação do resultado é essa que foi colocada especificamente para LPG, a republicação dos dados divulgados com os nomes dos proponentes e valores. O conselheiro **Willyssys Wolfgan** lembrou que os valores são muito importantes para se possa compreender até o trabalho da Secult em relação à distribuição dos recursos, que os nomes tem sido uma reclamação, pois vem acompanhado em absolutamente todos os grupos com relação ao acesso as cotas de raça e de região, então por isso que é importante se ter os nomes, tem acompanhado algumas discussões bem acaloradas e alguns grupos por conta dessa questão da ausência dos nomes e por conta do acesso de pessoas e de fraudes, segundo elas, que é importante ter pelo menos o nome e os valores dos projetos para que se possa compreender vislumbrar isso, o presidente **Wagner Egito** falou que fica essa recomendação da republicação seguida com os nomes oficial e público, em seguida os valores a referência de CPF CNPJ, nome do projeto, objeto do projeto e as ações indutoras do projeto, a cidade, a região, os valores e a pontuação e também acrescenta aí que as propostas selecionadas por cotas que ela fique publicitada, que não fiquem misturadas, na divulgação do ranking geral, porque isso confunde as pessoas, então tenha um ranque geral, essa é uma recomendação para LPG com a proposta de republicação desses resultados de agora acrescentando nomes e valores e as demais itens que seja comum em todas as divulgações, em seguida perguntou se havia alguém contra no pleno, ou alguma abstenção, eu **Amanda Carneiro** informei que naquela momento não havia quórum para deliberação pois só haviam 11 conselheiros presentes na reunião, o Conselheiro **Rafael Farias**, pediu a confirmação sobre a reunião na quarta-feira, e se vai ter realmente aquela reunião dos Três Conselhos, o presidente **Wagner Egito** informou que será na semana seguinte dia 15, sexta feira a reunião com os três conselhos, que será uma reunião histórica, que fica para Secult, Yasmim, Ana Paula todo sentimento daqui dos conselheiros das conselheiras das pessoa de fora e essa sensação de dever cumprido, de chegar um dinheiro desse da LPG, que a gente esperou por tanto tempo, que a gente queria dizer que, o que nós propomos, mesmo que não tenha oficialmente saído como proposição do Conselho por causa da falta de quórum para a votação, mas o que importa é o que se sabe o que quer e onde se quer chegar, que a gestão também, que é sabido que a demanda é muito grande, que se sabe do esforço. A vice-presidente Yasmim Neves se colocou à disposição para contribuir para que a gestão deixe um legado, de escutas e devolutivas com a sociedade civil. Nada, havendo a tratar, o presidente **Wagner Egito** deu por encerrada a reunião e eu, **Amanda Carneiro**, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de achada conforme, serão assinados por mim e pelos (as) demais conselheiros (as) presentes na Reunião.

Amanda Oliveira de Araújo Carneiro (secretária)

Conselheiros(as) Titulares:

Yasmin Neves

Augusto Ferrer de Castro Melo

Barbara Collier

Marcelo Alexandre Balbino dos Santos

Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa

Fábio Alexandre Melo Ferreira

Joab Henrique da Silva

Rafael Farias Almeida

Alcidésio Santana

Wagner Egito de Vasconcelos Egito

Ana Paula Santana

Fernando Pereira

Cleonice Maria dos Santos

Gilmar Correia da Silva

Maestro Adailton José da Silva

Wllyssys Wolfgan Reis Dias de Araújo

Flávio Rodrigues de Oliveira

Lucas Fernandes Barbosa Correia

Sandra Cristina Rodrigues Albino

Conselheiras (os) suplentes presentes:

Artur Bruno de Medeiros Teti

Natália Oikawa

Dayvton Diego Almeida,

Salatiel Magno Siqueira Alves

Renato Fonseca

Flavia Maria Pessoa Guerra

Romero Ricardo Araújo de Santana

Roberto Azoubel.